



ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2010 a AGOSTO/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o **Relatório de Gestão Fiscal**, concernente ao **segundo quadrimestre do exercício de 2011**. Os dados estão disponíveis, a partir desta data, no site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (www.tjsc.jus.br).

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	853.681.236,03	-
Pessoal Ativo	719.645.909,33	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	42.775.425,72	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	676.870.483,61	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	133.902.197,38	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	133.902.197,38	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	133.129,32	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	178.044.731,75	-
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	110.812,74	-
Decorrentes de Decisão Judicial	24.358.709,87	-
Despesas de Exercícios Anteriores	82.434.050,69	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	71.141.158,45	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	675.636.504,28	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) (IIIa + IIIb)	675.636.504,28	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.229.901.873,82	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,11%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 6,0%	793.794.112,43	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 5,70%	754.104.406,81	

FONTE: Balancete Unidade Gestora e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

Nota: Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

As despesas não computadas foram ajustadas, a partir de março /11, considerando o subelemento 31.90.92.91

Florianópolis, 28 de setembro de 2011.

Des. José Trindade dos Santos
Presidente

Jonas Borges Maria
Diretor de Orçamento e Finanças e.e

Maria Madalena Steinbach
Coordenadora de Auditoria Interna